



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

### ATA DA DÉCIMA NONA (19ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte dias do mês de junho do ano dois mil e dezesseis, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Nona (19ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 16 de junho de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Fábio de Jesus Mota (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e **ausente, Vereadora Dayane Amaro Costa (17), cassada por acórdão, constante no Ofício nº 1536/2016, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), datado de 16 de junho de 2016.** Conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas, apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Fábio de Jesus Mota, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Sétima (17ª) Sessão Ordinária, realizada no dia 06 de junho de 2016, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi, devidamente, assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: Balancete Receita e Despesa da Câmara Municipal, referente ao mês de maio de 2016; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ao contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 257/2016 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE FAZER CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO DO TOLEDO, RUA DO MIRANTE Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Requerimento Nº 258/2016 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE FAZER CANALIZAÇÃO DO CÓRREGO DA RUA BENEDITO ALVES PAULINO. Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Requerimento Nº 259/2016 - Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal informações relativas à arrecadação das multas, juros e serviços de limpeza, aplicados nos imóveis localizados na área urbana, nos últimos 12 meses. Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. Requerimento Nº 260/2016 - Assunto: Requer informações sobre o requerimento de nº 146/2016 de minha



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

autoria (anexo), sobre quais as providências estão sendo tomadas em relação às famílias contempladas com habitação popular e seus animais domésticos. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 261/2016 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP E A SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES SOBRE O HORÁRIO DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS E MÉDICOS E DE FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) DA PITEIRAS. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 264/2016 - Assunto: REQUEIRO AO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO (DER), QUE INSTALE SINALIZAÇÃO DE CUIDADO, COM ANIMAIS SILVESTRES, NA RODOVIA NAGIB CHAIB, NO TRECHO ENTRE A ETEC PEDRO FERREIRA ALVES E O TRECHO CONHECIDO COMO MORRO VERMELHO. Autoria: LUÍS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 265/2016 - Assunto: REITERO O REQUERIMENTO 20/2016 QUE SOLICITAVA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DO ESCOAMENTO DE ÁGUAS NA PONTE LOCALIZADA NA RUA JOSÉ POLETINI, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 266/2016 - Assunto: REQUEIRO À EMPRESA VIVO, QUE REALIZE SUBSTITUIÇÃO EM POSTES LOCALIZADOS NA AVENIDA ARIIVALDO SILVEIRA FRANCO, NAS PROXIMIDADES DA FATEC ARTHUR DE AZEVEDO. Autoria: LUÍS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 267/2016 - Assunto: SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS, ASSIM COMO CÓPIA DE NOTAS FISCAIS DA CIDADE BRASIL, FORNECIDAS À PREFEITURA. Autoria: FÁBIO DE JESUS MOTA. Requerimento Nº 268/2016 - Assunto: REQUER, AO EXMO PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE REALIZE ESTUDOS, PARA



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

DECLARAR ÁREAS DOS LOTES 4 E 5, PRÓXIMOS AO PROJETO MAGUILA, DE UTILIDADE PÚBLICA, DE ACORDO COM ART. 71, INCISO VII, DA LOMM. Autoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI. Requerimento Nº 269/2016 - Assunto: REQUER, AO EXMO PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE REALIZE ESTUDOS PARA UMA REVITALIZAÇÃO DAS QUADRAS, NA PRAÇA, NA RUA DR. JOAQUIM A. R. ROSA, NO JARDIM PRIMAVERA I. Autoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 470/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO, NA RUA DOM BOSCO, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 471/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA CAIAPÓ, LOCALIZADA NO CENTRO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 472/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO, NA RUA RACHID AJUB ANDARE, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 473/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO, NA RUA PEDRO SIMOSO, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 474/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

GUSTAVO ANTUNES STUPP E À SECRETARIA COMPETENTE MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NA RUA TENENTE LUIZ LUCIANO DA FONSECA, LOCALIZADA NO BAIRRO CHÁCARAS SOL NASCENTE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 475/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO NA AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHKEK, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM INOCOOP. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 476/2016 - Assunto: SOLICITO AO EXMO. PREFEITO MUNICIPAL, E À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA, A IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E REDUTORES DE VELOCIDADE (LOMBADA), NA RUA GASTONE LORENZETTI, PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Indicação Nº 477/2016 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal atuação do serviço Tapa Buraco, na Avenida Marginal, Jardim Sbeghen, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. Indicação Nº 478/2016 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito atuação do serviço Tapa Buraco, na Rua Jairo Aparecido Vilela, Jardim Sbeghen, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. Autoria: DANIEL GASPARINI DOS SANTOS. Indicação Nº 479/2016 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA SAÍDA 161- A DA SP-340 PISTA NORTE, QUE ACESSA A RUA SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 480/2016 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp providências, para viabilizar a destinação de um carro, que seja exclusivo ao Programa Bem-Estar Animal, tendo em vista a demanda



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

crescente de atendimentos a ser realizados pelo departamento. A autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 481/2016 - Assunto: SOLICITA OPERAÇÃO TAPA BURACO, NA AVENIDA FRANCESCO IMPROTA, JARDIM SBERGHEN. A autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Indicação Nº 482/2016 - Assunto: INDICO AO PREFEITO MUNICIPAL LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP PARA QUE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE REALIZE A RECUPERAÇÃO DO ASFALTO, EM FRENTE AO NÚMERO 88, NA RUA MINISTRO MANOEL COSTA MANSO, LOTEAMENTO SÃO JERÔNIMO E NA RUA ADOLFO LUTZ, EM FRENTE AO NÚMERO 392, JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA. A autoria: CINOÊ DUZO. Indicação Nº 483/2016 - Assunto: INDICO À SECRETARIA COMPETENTE A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA BURACOS, NA RUA BENEDITO DIOGO DE OLIVEIRA, NO PARQUE DO ESTADO II. A autoria: LUÍS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 484/2016 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE MANUTENÇÃO EM TODA A EXTENSÃO, NA PARTE DE TERRA, NA RUA JOSÉ POLETINI, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. A autoria: LUÍS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 485/2016 - Assunto: INDICO A SECRETARIA COMPETENTE À REALIZAÇÃO DE LIMPEZA NA CALÇADA E NA ÁREA VERDE, LOCALIZADAS NA RUA JOSÉ VAZ DE CAMARGO, AO LADO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA, NO JARDIM LINDA CHAIB. A autoria: LUÍS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 486/2016 - Assunto: INDICO A SECRETARIA COMPETENTE A REALIZAÇÃO DE CANALIZAÇÃO DO ESGOTO, QUE CORRE A CÉU ABERTO, NA RUA JOSÉ POLETINI, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. A autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 487/2016 - Assunto: SOLICITA REPARO DE DISPOSITIVO DE TRÂNSITO, NO BAIRRO SANTA CRUZ A autoria: FABIO DE JESUS MOTA. Indicação Nº



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

488/2016 - Assunto: INDICA-SE AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE PROVIDENCIE IMEDIATA MANUTENÇÃO, NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NA RUA REVERENDÍSSIMO JORGE BERTOLASO STELA, PRÓXIMO À BALESTRO. Autoria: LEONARDO DAVID ZANIBONI. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa):

Moção N° 59/2016 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO EX-DEPUTADO GUILHERME CAMPOS, NOVO PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. Autoria: JOÃO ANTONIO PIRES GONÇALVES.

Moção N° 60/2016 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS À ATLETA NICOLLE REBECHI E AO MESTRE JOSÉ RAIMUNDO DOS REIS, PELA CONQUISTA DO PRIMEIRO LUGAR NA FINAL ESTADUAL DA FEDERAÇÃO PAULISTA DE JIUJITSU, EM EVENTO REALIZADO NO DIA 29 DE MAIO NA CIDADE DE SÃO CARLOS. Autoria: CINOÊ DUZO.

Moção N° 61/2016 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO COMANDO DA 2° COMPANHIA DA POLÍCIA MILITAR PELA ENTREGA DOS CERTIFICADOS AOS ALUNOS DO 5° ANO QUE PARTICIPARAM DO PROERD – PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA, OCORRIDO NO DIA 20 DE JUNHO, EM MOGI MIRIM. Autoria: CINOÊ DUZO.

Moção N° 62/2016 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS ATLETAS E À COMISSÃO TÉCNICA DA EQUIPE CATEGORIA SUB-10 DO CLUBE MOGIANO, QUE FOI CAMPEÃ DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL. Autoria: CINOÊ DUZO.

Moção N° 63/2016 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARTHA DEGRAVA VÔMERO OCORRIDO DIA 13 DE JUNHO DE 2016. Autoria: MARIA HELENA



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 64/2016 - Assunto: Moção de apoio aos Servidores Públicos Municipais, referente ao reajuste salarial, de acordo com no mínimo, o atendimento das propostas encaminhadas pela Desembargadora do TRT ao Poder Executivo, em audiência ocorrida no último dia 15 de junho de 2016. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Moção Nº 65/2016 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS ATLETAS E À COMISSÃO TÉCNICA DA EQUIPE CATEGORIA SUB-12 DA ESCOLA OFICIAL DO SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE DE MOGI MIRIM, QUE CONQUISTOU O TÍTULO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL Autoria: CINOÊ DUZO. Moção Nº 66/2016 - Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao Jovem Atleta Luís Guilherme Tártaro da Silva, pela vitória no VI Campeonato Estreantes 2016 – Categoria Men’s Physique, pela IFBB-SP, ocorrido no último sábado dia 11 de junho de 2016. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Moção Nº 67/2016 - Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao Jovem Atleta Andrei Pinheiro dos Santos, pela vitória no VI Campeonato Estreantes 2016 – Categoria acima de 100 quilos, pela IFBB-SP, ocorrido no último domingo dia 12 de junho de 2016. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Quero comentar sobre o reajuste de 13,31%, nas tarifas do SAAE, que será efetivado, em agosto. A agência reguladora ARES - PCJ concorda com o reajuste pedido pelo SAAE. Eu quero colocar, que não concordo. Dentre os motivos elencados pela ARES, está o próprio contrato com a Serviços de Saneamento de Mogi Mirim - SESAMM. Mensalmente, o SAAE paga um milhão e cem mil reais à SESAMM, para



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tratar 60% do esgoto de Mogi Mirim. Ela ainda tem duas etapas, para serem efetivadas. Já coloquei aqui, que precisamos repactuar com a SESAMM, porque a SESAMM encarece o sistema de águas, esgotamento de esgotos. Espero, que o próximo gestor pense nisso e avalie a necessidade de uma agência reguladora, que, para mim, só aceita o que o SAAE coloca, ele joga à agência fazer o papel. A ARES - PCJ falhou muito com Mogi Mirim. A inflação é outro motivo, acumulada de 9,28%. Outro motivo é o faturamento, de janeiro a abril de 2016, comparado, com a mesma época do ano passado, haja vista, que o verão foi muito quente. Que o próximo gestor tenha o compromisso de repactuar o contrato com a SESAMM”, discursou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Quero fazer uma nota de agradecimento ao Vereador João Carteiro, Presidente da Casa, pelo apoio que nos foi dado, na festa da escola Bráulio José Valentim, no Distrito de Martim Francisco. A todos os que possam apoiar o distrito, eu agradeço. Vou cutucar, porque eu já fui cutucado demais, nesta Casa, relativo à parceria-público privada do SAAE. A vereadora Maria Helena questionou o aumento da tarifa de água e esgoto, em 13,31%. Quero perguntar a ela, quem fez a concessão para a SESAMM? Lá atrás? Foi o governo, que ela apoiava. É difícil criticar e esquecer o passado. Os 13,31% são consequência do contrato lavrado com a SESAMM. Cansei de falar aqui, que o SAAE tem seu faturamento comprometido, totalmente, com SESAMM e com sua Folha de Pagamento. Não sobra nada. A vereadora pode não ter votado, mas participou da reunião do PSDB e estava ciente da concessão”, aclarou. Como o próximo inscrito, Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Benedito José do Couto. “Desejo falar da visita que fizemos, Vereadores Cinoê, Jorge, João, Luzia e eu, reunidos, que estivemos, com a Desembargadora Gisele Rodrigues, tentando um acordo sobre o aumento do funcionalismo. Saímos com a proposta de 6,3%, em parcela única, ou 7.17 %, em duas parcelas. Para aumento do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionalismo. Portanto, pela proposta, abrimos um meio de conceder um reajuste um pouco maior ao servidor, embora seja ainda muito pouco. Na realidade, deveria ser, no mínimo, a reposição da inflação, mas é melhor pouco, do que nada. Falar ainda, sobre o aumento da tarifa de água, com o qual também não concordo. Estivemos na ARES PCJ e fizemos o máximo esforço, para impedir o aumento, mas não obtivemos êxito. Penso até, que vale a pena retornar à ARES, tentar, novamente, barrar este aumento, diante da crise, que o país passa. Um aumento, que é acima da inflação. Nem deveria ter aumento, neste momento, em meio à crise, além do que, a nossa água tem um preço abusivo. Espero, que possamos fazer nova visita à agência reguladora, para tentarmos barrar o aumento. Por fim, desejo agradecer aos responsáveis pelo departamento de obras, que colocaram braços, em postes, na Rua 8 e na Rua 40, do Parque das Laranjeiras. Estou cobrando o departamento as minhas várias solicitações e conseguimos colocar alguns braços, para lâmpadas, onde não existiam”, declarou. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. “Quero falar sobre dois assuntos. O primeiro, é sobre a zona rural e a corrente onda de violência, que assola a zona rural. Assaltos, roubos e sequestros relâmpagos e a notícia, deste final de semana, de um estupro, ocorrido na zona rural. Inadmissível isto, tanto na zona rural, quanto na urbana, mas passou todos os limites, a ação da polícia tem que acontecer, para ontem. Os moradores da zona rural não conseguem mais dormir de medo. Agora, este crime horroroso, na zona rural. Inadmissível. Clamo por uma ação da Polícia Militar, pela Polícia Civil, Guarda Civil Municipal - GCM, pelo amor de Deus. Clamo por ações, na zona rural, porque os agricultores não aguentam mais. O pânico está instalado, na zona rural. O segundo assunto é sobre o aumento da tarifa de água. Se o SAAE, com o aval do desgoverno, vai reajustar 13,31% da tarifa da água, por que a administração não usa o mesmo critério, para a recuperação das perdas salariais dos funcionários públicos? Não. Para os funcionários são 7,17%, em duas parcelas. Use o mesmo critério! A ARES PCJ é que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

está precisando de ajuste, ajuste de consciência. No último aumento, ela defendeu o aumento, dizendo que os recursos seriam empregados. Onde? Onde foram empregados? Nossa água é das mais caras, aumentos sempre, via decreto e resolução. Mas, para os servidores, o desgoverno retira a cesta básica e não conversa. Todos os vereadores não concordam com a tarifa. E onde estão as obras? Que as pessoas, que estão à frente do SAAE, mostrem as obras”, colocou. O próximo orador foi o Vereador Daniel Gasparini. “Infelizmente, a ARES PCJ não ajuda, em nada, o município. Se compararmos Mogi Mirim, com as cidades de Itapira e Mogi Guaçu, que não são reguladas pela agência, veremos que aquelas cidades têm água mais barata. E além da questão das obras, diziam da energia elétrica, justificando, aquele aumento anterior. Esta relação com a ARES PCJ precisa ser revista, de uma forma, ou outra. Quero parabenizar a Associação Comercial – ACIMM e a SEC TV, pela realização do Seminário Esportivo, do qual, infelizmente, eu não pude participar, por motivos familiares. Mas é muito importante, para o esporte. Algumas dessas ações poderiam ter sido vistas, desde o início do mandato, não depois do time da cidade rebaixado, mas, de qualquer forma, pode ser que venha solucionar alguma coisa, no futuro. Falar é fácil, mas fazer é difícil e o esporte de Mogi Mirim precisa de muita coisa”, explanou. O próximo orador foi o Vereador Fábio de Jesus Mota. “Vim como suplente, nem esquentei a cadeira, já estou saindo, mas foi boa a passagem, por aqui. Eu quero falar sobre uma indicação, que fiz. Indicação sobre a rotatória, que fica em frente ao De Pieri Materiais Para Construção. Um canteiro central destruído totalmente, há meses. Uma vergonha. Arranquem aquilo de lá e coloquem tachões, fica mais bonito, sinalizado e é rápido de ser feito. Fiz também um requerimento. Alguém deve estar perguntando o porquê. Eu quero informações sobre limpeza pública. É simples. Quando eu fui diretor do DSM, eu fui questionado, nesta Casa, por muitos vereadores, várias vezes, a partir de denúncias infundadas a respeito do meu comando no DSM. Vamos por item. Varrição de rua, para mim, é um mal



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

necessário, porque folhas e coisas pequenas caem nas galerias, todos os dias. Na minha época, a Promotora, que hoje não está mais aqui, foi, pessoalmente, fiscalizar. Bateu em duas casas, numa certa rua, e perguntou se a administração estava fazendo a varrição e as pessoas responderam que sim, que a varrição fora feita. Mas, esta informação a promotora não colocou, no processo, que tramita por lá. Isto ela escondeu. Varrição é um mal necessário. O centro da cidade é varrido todos os dias, você percebe, que é limpinho. Assim como as pessoas, que varrem suas casas todos os dias. Infelizmente, é um serviço caro, que não se consegue pagar. Sou contra? Não. Tem que varrer. Mas é um serviço caro e que não aparece. Coleta de lixo. Quando assumi o DSM, em 2005, a média da coleta de lixo era mil, seiscentas e setenta e nove toneladas. Assumimos, o Rodrigo Sernaglia e eu, e a média baixou para mil e duzentas toneladas. Tudo em planilhas, em arquivos, na prefeitura. E, atualmente, fui questionado sobre a pesagem do lixo, quando eu estava no comando do DSM. Eu baixei a média. Depois o lixo foi enviado para Paulínia. O caminhão para, com freios quentes, na balança de peso bruto, haverá uma diferença de uns cinquenta quilos. Fizemos um comparativo. Pesamos aqui e, depois, pesamos por lá. Vinte e oito quilos a menos, aqui. Enfim, por isso, o requerimento. Coleta de galhos e entulhos. Tínhamos dezesseis, ou dezoito caminhões, nas ruas, e não se dava conta. Gastávamos uma média de cento e sessenta mil reais, por mês. Não dávamos conta. Hoje, tem cinco caminhões e se gasta o dobro. Sofri denúncia aqui, de vereador, que até chamou o dono do caminhão, dizendo que pagavam pedágio para mim. Tudo conversa fiada. A Márcia Róttoli, que foi vereadora, chamou-me na sala dela. Desmentido, na cara dela. Um vereador, que esteve por aqui, disse que eu cobrava pedágio. Recentemente, encontrei com ele, na rua. Perguntou o que eu estava achando. Do quê? Ele me diga. Ele fez parte da administração, até pouco tempo. Ele é quem deve dizer. Ganhando cinco, seis mil reais para tomar conta de uma pracinha, na zona norte da cidade. Disto ninguém fala? Ele não batia cartão. Não fazia



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nada. Comia, no prato. Agora, cuspiu no prato. Ele pulou do barco. Agora, está fora. Ele quem deve me dizer! Foi uma vergonha, um cara desses, me parar na rua e perguntar isso aí. Por último, sobre o aumento do funcionalismo. Eu, como funcionário público, não poderia me omitir, em dizer. A cesta básica era boa, sim. Depois, teve cortes de produtos e trocas, por produtos mais baratos e subiu o preço. O aumento de 3,21% é um absurdo. Sugiro ao prefeito, que dê aumento só para os funcionários de carreira, que são os que carregam a prefeitura, não dê aumento para os cargos comissionados dele. Obrigado, pela acolhida”, explanou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “Vou concluir as palavras do Vereador Waldemar sobre a festa da Escola Bráulio José Valentim, em Martim Francisco. Quero dar parabéns aos professores, funcionários, diretora e alunos da Bráulio José Valentim, porque a festa foi muito boa. Arrecadação foi boa também. Dizer que, infelizmente, existem pessoas, pré-candidatos a vereadores, que ao invés de fazer campanha, para si, e dizer o que pretendem, candidatos derrotados nas últimas três, ou quatro eleições, que ao invés disso, ficam preocupados com o que João Carteiro vai fazer, em Martim Francisco. Quero dizer aos pré-candidatos, para que não se preocupem comigo, vão fazer suas campanhas. Faz mais de vinte anos, que canto roletas e bingos, em festas beneficentes. Pessoas vem de todas as cidades da região. Não são apenas de Mogi Mirim. Pré-candidatos se preocupem com a pré-campanha de vocês. Para mim, isto é inveja e dor de cotovelo. Muitas entidades estão precisando de voluntários, sugiro, então, que vão procurá-las, para ajudar”, afirmou. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente facultou uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. “Quero citar meu requerimento, sobre o Posto de Saúde da Família - PSF Piteiras. Os PSFs Vergel e



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Gabrielzinho se encontram interditados, desde 2014. Informamos ao Promotor de Justiça e, até hoje, estão fechados. O PSF Gabrielzinho está fechado há um ano e oito meses. O pessoal está sendo atendido, no PSF Piteiras. Lá, o pessoal do Gabrielzinho sofre problemas com horário de atendimento. Requeri um novo horário de atendimento, para o PSF Piteiras. Fiz várias indicações para tapar buracos. No centro da cidade e bairros”, frisou. Fez uso da palavra, na sequência, o Vereador Laércio Rocha Pires. “Quero concordar com o Vereador João Carteiro, que certas coisas são inveja. É mais fácil atirar pedras. Fazer, ninguém quer. Logicamente, isto é falta de capacidade. Quem não tem capacidade, ataca quem faz alguma coisa. Inclusive, dos que colocam coisas, no Facebook, fotos dos vereadores, alguns têm o passado mais sujo, que pau de galinheiro. Quando eu fui líder comunitário, no Parque da Imprensa, eu não pedi benção, nem para prefeito e nem para vereador algum, para conseguir as coisas por lá. A população do bairro unida conseguiu asfaltar dezesseis ruas, conseguiu levar escola para o bairro; consegui a ligação do Parque da Imprensa, com o Jardim Paulista. Isto, como líder comunitário. Apanhei, que vocês não têm ideia. Não atiram pedras, em árvores que não dão frutos. Certas pessoas deveriam postar o que cada um dos dezessete vereadores já fez, pela cidade. Mas eles não. Eles querem detonar a imagem. Como Vereador, eu dei continuidade ao meu trabalho, conseguindo melhorias, para vários bairros. Eu me orgulho do meu trabalho. Eu não tenho medo de cara feia e nem de colocarem minha foto, no Facebook, dizendo que ‘sou da base’. ‘Ele vendeu o SAAE’. Eu não vendi nada, eu não privatizei o SAAE e eu não aumentei tarifa de água. Cidadão deveria vir à tribuna e dizer, que vereador algum participou deste aumento da tarifa, porém, é mais fácil deturpar, falar inverdades. Fomos, na agência, no passado. Oito vereadores reclamando. Não adiantou. Não adianta fazer média política aqui e não resolver o problema. Estamos para resolver. Gritar e bater não adiantam. Quantas vezes já foram na Promotoria Pública? Deu em nada, para ninguém. Inclusive, denúncia



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

anônima contra o Procurador Jurídico desta Câmara. Deu, em nada. Até que me provem o contrário. É o que sabem melhor fazer: denúncias e não se provar nada. Eu quero dizer que me orgulho do meu trabalho e vou mostra-lo no meu jornal, que vai sair, minha prestação e contas. Mostrar à população, que eu faço. E é lógico, que quem não tem o que mostrar, deve ficar quieto, ao invés de meter o pau, em quem faz. Agradeço a toda a população, que reconhece o meu trabalho. Preocupar-se com inverdades de Facebook é o que eles querem. Querem que você não faça mais nada. Que pare o seu trabalho e fique se defendendo. Enquanto eu estiver vivo, vou trabalhar e mostrar e fazer a diferença. Cada pancada, que dão em mim, eu posto um trabalho meu. Porque eu tenho o que mostrar aos incompetentes, que não têm capacidade de fazer o que eu faço. Tudo documentado. Provo tudo, não faço média, com o chapéu dos outros, como é o caso do Zerão. Quero ver é trazer dinheiro para o zerão, trazer verbas para entidades. Aos incompetentes, digo que façam como eu, trabalhem e procurem trazer verbas para o município. Isto será bom à população”, declarou. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Desejo homenagear, postumamente, o senhor Ernani Magalhães, que foi diretor da Santa Casa e dedicou a vida à entidade. Deixar meus sentimentos, para toda a família. Aproveitar a fala do Vereador Cinoê e comunicar que, amanhã, irei para Brasília reforçar nosso pedido de duas viaturas para a GCM e Patrulha Rural, representando o Partido Solidariedade e seus membros. Compromisso com o Deputado Major Olímpio, feito conosco. Relativo ao Projeto de Lei nº 22/2016, antes de sua votação, quero registrar, relativo à emenda da Comissão de Finanças e Orçamento, que entendo a metragem mínima de quarenta e cinco metros quadrados exagerada, lembrando que o Programa Estadual Casa Paulista fala em quarenta e três metros quadrados. Nada que inviabilize a votação, apenas penso, que se possa diminuir, um pouco, a metragem mínima. As outras emendas aprimoram o projeto”, salientou. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Hoje, foi votada uma



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

indicação, contendo solicitação de operação tapa buracos e outro pedido semelhante, na mesma rua. Duas proposituras, autores diferentes. Não sou contra, pois penso que, quanto mais pedidos, mais reforçada a causa. O Vereador Laércio Pires ingressou, hoje, com um pedido para canalizar o Córrego do Toledo. Tenho várias indicações, para este serviço. Não sou contra. O pedido dele reforça. Não vou pedir discussão, pois não vale a pena. Vou pedir, para votarem contra? Não vou. Então, ambos os pedidos fortalecem a causa, pois é muito importante a canalização do Córrego Toledo. Ano passado, a área definitivamente foi decretada fora da APP, logo, a canalização é possível. Estou citando, porque não vou deixar de falar também, sobre a minha luta pelo córrego. Mas vamos à luta juntos. Hoje, peço também que sejam solucionados os problemas no final da Rua José Poletini. São vários problemas, tais como, esgoto a céu aberto, manutenção da rua antes da ponte e a limpeza na ponte. Ano passado, a falta de limpeza entupiu as três vazões da ponte. A água passou pela ponte e fez uma cratera, onde cabiam três caminhões. Peço que se resolva, o quanto antes, antes das chuvas. Depois, não adianta mais pedir. Fui chamado para solucionar problema, que ocorreu na madrugada, no trecho da Avenida Adib Chaib, entre a FATEC e a Pedreira Degrava. Um veado foi atropelado. Motoristas chamaram a viatura dos Bombeiros, que não foi. Estive no local. Estamos solicitando, através de requerimento, ao DER que coloque sinalização de animais silvestres, naquele trecho, pela segurança dos motoristas, que por ali trafegam. Por ali, vemos capivaras também. Estive em Martim Francisco, onde foi envenenado outro cachorro. Pela coleta do alimento ingerido - não é barato o exame, para descobrir, mas vamos fazê-lo, para concluir que se trata de chumbinho. A partir daí, vamos cobrar as autoridades e a Polícia Ambiental, para providências. Nenhum dos nossos protocolos foi atendido e nada foi feito até agora. Tememos pela vida dos animais e, principalmente, pela vida das crianças que, inadvertidamente, ingerem. Também, para que seja feita justiça pelos animais mortos”, explicou. Na sequência, fez



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Completando as palavras do Vereador Leonardo, quero deixar meus sentimentos à família do senhor Ernani Magalhães. Foi um grande batalhador, pela Santa Casa de nossa cidade. Tinha total dedicação à Santa Casa. Enfatizar, que sua dedicação e o seu trabalho não foram em vão. Na semana que passou, estivemos visitando a EMEB Maria Paula das Dores, na Vila Dias. Esta EMEB sofreu com o problema das pulgas, lembram-se? Este problema foi resolvido. Porém, alguns colchões, onde as crianças tiram a soneca pós-almoço, tiveram que ser descartados. Em substituição, a EMEB está usando aqueles colchões, para a prática esportiva, que são mais finos. Alguns pais estão reclamando, com medo do frio intenso. A diretora disse que já foi feita solicitação, na Secretaria de Educação. Constatamos ainda, na EMEB, que o problema do forro continua o mesmo. Quase caindo. Falta também iluminação. E lá, existem cestos seletivos, para o lixo. As crianças separam o lixo, na escola, mas a prefeitura não coleta, seletivamente. O ex-prefeito Paulo Silva iniciou esta coleta, mas pena, que nenhum prefeito posterior deu sequência. A Internet não existe lá, na EMEB. Só com o dinheiro dos professores, que estão bancando. Estivemos também, na Secretaria de Esportes, conversando com o Secretário Dirceu, que reclamou sobre a falta de verbas. Relatou que as atividades programadas, para este ano, serão canceladas, pois algumas verbas poderão ser suspensas. Outros assuntos preocupantes. O estupro, na zona rural. Atualmente, estamos enfrentando este problema, na nossa cidade. É necessária a união do Poder Público, da GCM, da Polícia Civil, da PM, das igrejas e da comunidade, pois somente juntos, conseguiremos barrar os criminosos, que aterrorizam os moradores, principalmente, na zona rural. Preocupante é o reajuste salarial dos servidores municipais. Semana passada, alguns Vereadores puderam comparecer na sessão conciliatória, em Campinas, mas, infelizmente, o reajuste não aconteceu. Esperamos que o sindicato, que representa os funcionários, possa entrar num acordo e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

satisfazer o anseio de todos e dar um reajuste decente à categoria. O reajuste da tarifa do SAAE. Realmente, não dá para suportar tal tarifa, diante dos reajustes salariais, que são inferiores. Preocupa-me. A prefeitura precisa começar a pagar o SAAE. A prefeitura deve, aproximadamente, onze milhões de reais, ao SAAE, hoje. Qualquer outra empresa já teria pedido concordata. A prefeitura tem que tomar o SAAE como parceiro e efetuar o pagamento”, explicou. Também fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira. “Completando, para esta margem de 13.31% de aumento, na tarifa de água, foi apresentada justificativa pela ARES PCJ. Disse que foi para reequilibrar as finanças da autarquia, que a ARES incluiu na tarifa do consumidor comum, 3,97% do calote dado pela prefeitura. Além disso, devida a atual situação financeira, o SAAE perdeu, totalmente, a sua capacidade de investimento. A prefeitura deve. Nunca pagou e continua não pagando. Pediu para parcelar sua dívida, em duzentas vezes. Até hoje, não pagou. Se os onze milhões, que a prefeitura deve, fossem pagos ao SAAE, a autarquia estaria em outra situação. A população pagou e vai pagar de novo. Carlos Nelson Bueno não pagou e Gustavo Stupp não pagou. Se algum munícipe deixa de pagar sua conta d’água, por dois meses, sua água é cortada. E a prefeitura já deve ao SAAE há quase doze anos. Vergonha. A saúde está destruída, como nunca, nesta administração. Laboratório, atendimento, sem falar nos PSFs da zona rural. Vergonha. Vamos ver, se os candidatos começam a perceber, e tomem cuidado com isso, realmente. Mogi Mirim já teve valor, na região, e, hoje, não tem, de jeito nenhum. Itapira, Jaguariúna e todas outras cidades ao redor cresceram e Mogi Mirim deixa muito a desejar. Vamos ver, se isso muda. Por fim, quero desejar pêsames à família do senhor Ernani Magalhães e dizer da grandeza de sua pessoa. Sua ajuda à comunidade e a educação, que deu aos seus filhos”, narrou. Também fez uso da palavra o Vereador Marcos B. A. de Godoy. “Ouvi as falas importantes, sobre água, segurança, na zona rural, e aumento do funcionalismo. Na minha trajetória política, sempre defendi



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a saúde, no município, saúde, em primeiro lugar, porque sem saúde, a pessoa não consegue completar nada. A pessoa é inerte sem saúde, não consegue transformar. Mas hoje, estou indignado com a segurança pública, no Estado, no país e no município. O que está acontecendo, em Mogi Mirim e nas cidades vizinhas, não é aceitável. Os bandidos perderam a noção do medo. Estão tranquilos, porque sabem, que não haverá punição. A polícia prende e a mesma polícia solta. Bandidos, muitas vezes, são enquadrados como pessoas doentes, ou despreparadas, ou sem família. Mas não dá para aceitar mais. Estupro, na zona rural. Jornal noticiou um, eu fiquei sabendo de dois. Absurdo. Acaba, em nada. A polícia desanimada. Os policiais têm vontade, vão atrás e até prendem, mas passa uma semana, a lei solta o criminoso. Como conviver com isso? Se as leis não mudarem, a partir de cima, não sei o que fazer. Fiz um questionamento ao Deputado Federal Major Olímpio, além do pedido para viaturas. Questionei as leis, por que não eram mudadas? A resposta é sempre a mesma: estamos estudando formas, para que isso aconteça. Não vemos nada acontecendo e a cada dia a situação está piorando. Estou triste, da forma como vemos hoje, assaltos, roubos, mulheres violentadas. Isto não é admissível. Quanto ao aumento do funcionalismo, por mais que uma agência reguladora tente ajudar, coisa toda, isto não é responsabilidade do Poder Legislativo. O Legislativo pede e cobra, mas é o prefeito quem decide”, salientou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h09, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 22,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “estabelecendo normas técnicas ordenadoras da atividade da construção de edifícios de habitação coletiva de interesse social, e dando outras providências”. Parecer e quatro (4) emendas da Comissão de Finanças e Orçamento. Para discutir a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Este projeto quer ordenar as normas técnicas de edifícios de habitações coletivas de interesse social, verticalizadas, especificamente. A CFO tentou esgotar o assunto, mas está difícil. Não conseguimos conversar, com todos. Certamente, não estamos com o assunto pronto. Hoje, ouvimos outros vereadores. Se entendermos, que há possibilidade de resolver, hoje, estou pronta, se quiserem discutir melhor, tentativa de aperfeiçoar a proposta do prefeito, também estou aberta. O prefeito, no projeto, quando fala de zero a três salários mínimo, ele impõe que o imóvel verticalizado deverá ter 22m<sup>2</sup> até 45m<sup>2</sup>. Quem recebe de três salários mínimos a seis mínimos, o imóvel passa a ter de 45m<sup>2</sup> a 60m<sup>2</sup>. Nós estudamos e conversamos, com a servidora pública concursada Paula Zeferino. Ela nos passou algumas propostas e, juntos, conversamos. A então vereadora Dayane Amaro conversou com o Arquiteto Hέλvio Guatelli, em nome da CESAS. Nós entendemos, que poderíamos melhorar o projeto, mas, agora, não há consenso, porque o Vereador Leonardo Zaniboni pede para conversarmos. Não deu tempo. Fizemos uma emenda, estabelecendo que o cidadão, que recebe de zero a três salários mínimos tenha habitação de 45m<sup>2</sup> a 60m<sup>2</sup>. Alteramos. Definimos, que o empreendedor poderá construir, entre 45m<sup>2</sup> a 60m<sup>2</sup>. Jogamos os 25m<sup>2</sup>, no lixo. Entendemos, que a pessoa cadastrada, no cadastro municipal, para habitação popular, prioritariamente, sabemos são famílias. Nunca o ser solteiro e sozinho. Entendemos, então, que 22m<sup>2</sup> são um espaço muito pequeno para uma família. Outra emenda, definimos que os conjuntos habitacionais não poderão ter mais que trezentas unidades habitacionais. O Condomínio Nazareth possui setecentos e cinquenta apartamentos, o que é muita coisa. Foram sugestões



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

de técnicos. Noutra emenda, colocamos seja ouvido o Conselho Municipal de Habitação, que é atuante. O projeto define, que o empreendedor deverá ter isenções, nos projetos, ao apresenta-los à secretaria e isenção de ITBI. Nós entendemos, que se isso ocorrer e se reverter, a favor do mutuário, daí seja viável. A densidade demográfica deverá ser em torno de duzentos habitantes, por 10.000 m<sup>2</sup>, pelo código sanitário. Portanto, a justificativa do prefeito é a de que o município não tem uma lei de interesse social familiar verticalizada, portanto, é o momento de darmos a oportunidade de o município ter a lei, mas ela tem que ser uma boa lei. A CFO se debruçou sobre tudo isso e entendeu que é possível. Particularmente, não sou a favor da construção vertical, sou a favor da horizontal. Quanto às especulações, é triste imaginarmos, que isso está direcionado, para algum empreendedor, e eu nem quero pensar nisso. Se entenderem, que as emendas foram suficientes, para melhorar o projeto, votarei favorável. Se crerem possível estudar mais um pouco, tudo bem, estamos dispostos a ouvir”, discorreu. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, informou que o projeto teve entrada, na Câmara, para trâmite, em março, e que, na data, completavam-se cento e dez dias de trâmite, quando o prazo era de quarenta e cinco dias, e reconheceu a falha. Também comentou o projeto a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Deixar clara a minha postura. Eu era contra o projeto, totalmente, em sua forma inicial. Não sou contra a população carente, mas vejo, em muitos municípios, construções de baixas proporções, de 25m<sup>2</sup>, e isso traz inúmeros problemas. Adultos e crianças, mulheres e homens dormindo, juntos, num único quarto, no chão. Para mim, isto é monstruosidade. Collor, para conseguir aparecer, fez um cortiço e deu no que deu. No princípio, a concorrência foi grande, pelas unidades, e depois houve abandono e tristeza, aumento de doenças contagiosas. No mundo inteiro, esta metragem é condenada e nós vamos permitir, que isso ocorra, em Mogi Mirim, em pleno 2016? Aqui, já existiram loteamentos, que saíram muito baratos. A prefeitura comprou



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a área e doou à CEF, para ela fazer, sem permitir que ela repassasse à população. Estão lá, Linda Chaib. Onde estão as casas. Quantas casas não foram ampliadas? As pessoas não ficarão sempre, na mesma situação. Elas melhoram de situação. Outro exemplo é o Jardim Longatto. Muitas casas começaram pequenas e hoje são de dar inveja. Porque foram transformadas. Eu sou contra, totalmente. Em nível de saúde, segurança e histórico, nos países desenvolvidos. Esta metragem mínima é proibida”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Discordo da palavra monstruosidade, empregada pela Vereadora. Monstruosidade é uma família, de quatro pessoas, pagar aluguel de mil reais e não ter condições de comer depois. Conheço várias famílias, que moram pai, mãe e filhos, numa quitinete. O déficit habitacional, em Mogi Mirim, está acima de quatro mil famílias. Se há possibilidade de fazer uma unidade de 25m<sup>2</sup>, para essa família sair da situação de miséria, e pagar seu próprio teto, sou favorável. Habitação popular, dois quartos, sala, cozinha e banheiro, em 45m<sup>2</sup> é muito bom. Mas 25m<sup>2</sup> é possível fazer. Temos que calcular valores. Renda per capita de mil e duzentos reais é a média salarial dos denominados de baixa renda, em Mogi Mirim. Uma casa de dois cômodos e banheiro tem um aluguel de quatrocentos, ou quinhentos reais. Pesem, na balança. Para aqueles, que não pagam aluguel, que têm subsídio de quatro mil reais por mês e mais renda per capita mensal, porque é funcionário público, tanto faz, como tanto fez. Perdoe-me. A vereadora Maria Helena emitiu parecer e disse que se votarem, tudo bem; se adiarem, tudo bem também, então, eu concordo com ela. Mas a outra vereadora desconjura, porque ela não precisa. Certamente, mora bem. Tem renda per capita boa. Quantos metros quadrados tem a casa dela? Equiparações. Antes de ir à tribuna e escrachar o projeto e falar, que defende o povo, olhe lá atrás. Por favor! Hipocrisia pura. Eu sou favorável ao projeto. Este projeto vai beneficiar muitas famílias, que precisam”, frisou. Também discutiu a matéria o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Como já disse, em sessão



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

passada, sou favorável. Projeto foi elaborado pela equipe do Planejamento, veio para os muitos, que precisam. Tamanho do apartamento e quem vai ser o empreendedor não me importam, importa, que alguém vai ter coragem de investir um dinheiro, na minha cidade. 25m<sup>2</sup> são pouco? São. Mas são muitos metros, para quem não tem onde morar. Sair da chuva, do vento e do frio. E não acredito, que algum empreendedor faça apenas os 25m<sup>2</sup>, porque terá dificuldades, para comercializar, mas que faça uma metragem maior. Todavia, é uma opção, para moradias populares. Muitas pessoas moram sozinhos, separados também. 25m<sup>2</sup> são suficientes, para alguém se estabelecer e morar, com conforto. Entendo também, que para a cidade crescer, com desenvolvimento e sustentabilidade, ela precisa ter regras. Deixar tudo acontecer, sem regras, causa dificuldades sociais também. Para mim, tanto faz o projeto ser aprovado com, ou sem emendas. Se for aprovado, com, ou sem emendas, ele é bom. Sou favorável, ao projeto e emendas. Também comentou a matéria, o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Completando a discussão, acredito, que temos que ter bom senso, na aprovação do projeto e suas emendas. Não vou analisar o poder aquisitivo dos vereadores, mas, como disse o Vereador Marcos, vou pensar na população carente, a qual o projeto se destina. Quando se fala, em construção horizontal, temos a possibilidade de ampliação futura. O empreendimento vertical leva à diminuição do tamanho, para evitar problemas futuros. Não são emendas de políticos. Consultamos técnicos e a maioria deles nos orientou a isso. Sabemos, que nas habitações da CDHU, a metragem é de 43 m<sup>2</sup>. Nós colocamos 45m<sup>2</sup>, próximo do que reza, em nível estadual. Nossa preocupação foi trabalhar de forma coerente e atender à população carente, que necessita de empreendimentos deste porte. A emenda diz entre 45m<sup>2</sup> a 60m<sup>2</sup>, para atender o objetivo do mutuário”, explicou. O próximo a discutir o projeto foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “O projeto ficou algum tempo, na nossa comissão, realmente. Foi analisado e chamamos técnicos, para nos ajudar a emitir parecer. A maioria disse do tamanho de 25m<sup>2</sup>. Como



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

contei, anteriormente, quando comprei minha casa, no Mogi Mirim II, ela tinha 28m<sup>2</sup>. Mas, como era uma casa, eu pude ampliá-la e, com as habitações verticalizadas, não há tal possibilidade. Eu voto o projeto e sou favorável, desde que as emendas passem. Se as emendas forem rejeitadas, haverá a possibilidade de fazer 25m<sup>2</sup>. Voto a favor do projeto e emendas”, declarou. Neste ponto, às 20h50, a sessão foi suspensa e reaberta, em seguida, às 21h03. Antes de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 271/2016, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por cinco (05) dias, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 22/2016, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa rejeitou, por dez (10) votos favoráveis a cinco (05) votos contrários, o Requerimento de Adiamento nº 271/2016); (arquite-se). Em votação o Projeto de Lei nº 22/2016; (posto a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 22/2016, do prefeito municipal, e 4 emendas); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); Projeto de Lei nº 58, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim a receber, em doação, área de terreno de propriedade da empresa MOGIVAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Neste projeto, o prefeito pede autorização para receber, em doação, vinte e sete mil metros quadrados de área da empresa Mogival. O prefeito já está usando a área e esta é resultante de desmembramento, na Rodovia André Franco Montoro, próximo à Vila Toscana, próxima à rotatória de Martim Francisco. Não há impedimento algum”, disse; (posto a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Turno Único, o Projeto de Lei nº 58/2016, do prefeito municipal); (à



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sanção do Prefeito de Mogi Mirim); EM SEGUNDO TURNO: “**ex-vi**” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 3. Projeto de Lei nº 18, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a organização das Feiras Livres e do Produtor e dando outras providências”; (colocado a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Segundo Turno, o Projeto de Lei nº 18/2016, do prefeito municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); EM PRIMEIRO TURNO: “**ex-vi**” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 4. Projeto de Lei Complementar nº 08, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de valor e de classe salarial do emprego Educador Infantil, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento. Para discutir o projeto, discursou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “O prefeito pede autorização, para alterar o valor de classe salarial dos educadores infantis. Trata-se de lei federal, piso salarial definido e há uma ação judicial, de 2012, que inquiriu o município a conceder a alteração salarial à categoria”, explanou; (colocado a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 08/2016, do prefeito municipal); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo Turno); 5. Projeto de Lei nº 42, de 2016, de autoria da Mesa da Câmara, “autorizando a Câmara Municipal de Mogi Mirim a celebrar convênio com instituição de ensino, para fins que especifica”. Parecer e uma (1) emenda da Comissão de Justiça e Redação e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento. Para explicar sobre o parecer, fez uso da palavra o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, Presidente da Comissão de Justiça e Redação. “O projeto autoriza a Câmara a assinar convênio, com instituição, para estagiários, no setor administrativo da Câmara. A emenda é ao artigo 1º, § 2º, mudando a terminologia para ‘pessoa com deficiência’. E o no artigo 4ª. A jornada de quatro horas passa



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para seis horas diárias e o salário será referente a um mínimo do Estado de São Paulo”, disse. A Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros completou, aclarando que seriam estagiários para a área administrativa, jurídica e para contabilidade da Câmara; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Primeiro Turno, o Projeto de Lei nº 42/2016, do Mesa da Câmara, e emenda); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que ofereceu seu apoio à colega vereadora Dayane Amaro Costa, cassada em seu mandato por decisão do TER. Isto posto, como os próximos inscritos, Vereadores Waldemar Marcurio Filho e Ary Augusto Reis de Macedo, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Cinoê Duzo. “Dirigir-me à população e agradecer o carinho, que recebo, desde crianças até idosos. Não vou criar expectativas na população, apenas meu compromisso sério. Agradeço ao meu partido, o PSB, que está me dando a oportunidade de participar das eleições ao Executivo, agradeço o apoio dos vereadores Maria Helena, Luiz Guarnieri e Luzia Cristina. Vamos trabalhar muito, para concretizar, para que a cidade volte a brilhar e tenha o respeito, que ela merece. Para que a população volte a ter orgulho, de onde mora, e retorno de seus impostos pagos. Como o próximo orador, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Fábio de Jesus Mota. “Terminar minha fala sobre o requerimento. Desejo os dados, para comparar, com os dados de quando eu era diretor e mostrar às pessoas, que me caluniaram, quem está certo. Voltarei aqui, para cobrar a resposta. Sei que será difícil ter uma resposta. Vou cobrar, porque quero resposta deste requerimento. Muito obrigado”, frisou. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “Vamos falar de coisas boas. Quero agradecer ao Secretário de Esportes, Dirceu Paulino, e ao Fabinho, da Essência, porque, depois de muitos anos, a pista de skate do Half voltou a funcionar e haverá, inclusive, um campeonato para quatro categorias: mirim, iniciante, amador e feminino. Saibam que o skate é segundo esporte mais praticado, no Brasil, e os skatistas mogimirianos estão de parabéns”, salientou. Novamente na direção dos trabalhos, o Presidente João Antônio Pires Gonçalves facultou o uso da palavra ao Vereador Laércio Rocha Pires. “À população, que nos assiste, pais, irmãos, tios e avós, tomem cuidado com o ano eleitoral. Hoje, já estão assistindo, vendo aqui, as promessas. Vão prometer mudos e fundos, para você. Você, que é da periferia, você conhece o trabalho de cada vereador desta Casa, e sabe quem não aparece. Preparam-se, pois eles vão se humilhar, pedindo votos para vocês. Alguns vão de muleta, com antigos. Outros vão cara de pau mesmo. População, olhe o passado de cada um dos pré-candidatos, nesta cidade. Que pena, hoje tivemos até uma notícia chata, a respeito do ex-prefeito Carlos Nelson Bueno. Não acredito haja tempo de recorrer da sentença. Hoje, está difícil, em Mogi Mirim. Reflita, população. Olhe para o futuro. Pessoas, que estão há oito anos, no poder, nunca pisaram no seu bairro. Mas irão, a partir de agora. É um risco. Para os que ficam falando na rede social - Facebook, quero dar um toque aos futuros candidatos, para que façam trabalho, corretamente, sem bater, em quem trabalha. Minha luta, pelo Parque da Imprensa. No passado, um terreno lá, valia quatro mil reais e, agora, vale cem mil. Asfaltamos dezesseis ruas, sem ajuda do prefeito da época. Conseguimos a ligação do Jardim Paulista com o Parque da Imprensa, conseguimos duas linhas de ônibus, caixa d’água. Graças ao ex-prefeito Carlos Nelson Bueno melhoramos todo o Parque da Imprensa e adjacências.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Quero dizer do meu trabalho. Tenho documentos e provo, que houve trabalho e não mentiras, em Facebook, denegrindo a imagem de ninguém. E ao outro, faça o seu trabalho transparente. Mentira tem perna curta. Hoje, vemos o cidadão posando de bom moço, mas desconheço e desafio a postar o trabalho. Eu vou falar sempre do meu trabalho. Não consigo fazer média, com o chapéu de ninguém”, afirmou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que explicou que sua preocupação, relativa à metragem mínima, constante da emenda ao Projeto de Lei nº 22/2016, se dava, em razão, de os empreendimentos da CDHU poderem se enquadrar na lei. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Primeiramente, o requerimento, que aprovamos para a Vivo Telefonía. Há um mês, fiz requerimento de mesmo teor à Elektro, para substituição de dois postes, na Avenida Ariovaldo Silveira Franco, em frente à FATEC Artur de Azevedo, e a Elektro nos respondeu, que não pertenciam a ela, mas à Vivo. Então, fizemos à Vivo, novamente, e assim que obtivermos a documentação, anexaremos e encaminharemos ambas as respostas à defesa Civil. Atearam fogo, nesses postes. Nenhum providencia foi tomada, até agora, então, estamos trabalhando desta maneira. Quanto à Vereadora Dayane Amaro, eu também lamento sua ausência, nesta sessão. Não sou contra o suplente, que a substituirá, pois ele também obteve seus votos, mas lamento sua ausência, pois é ótima presidente da CESAS, ótima defensora da acessibilidade e companheira, sempre leal. Disse à ela, que este momento é de fortalecimento, no olho do furacão, para ela manter a fé pois vai dar a volta, por cima. Ela tem meu apoio. A vida política é passageira, mas nossa amizade será eterna. Ao Fábio Mota, quero dizer que, quando ele foi diretor do DSM, ele atendia a todos os vereadores, muito diferentemente, dos atuais secretários. Quem mais lhe deu facadas, foi, justamente, quem ele mais atendia. Ele sabe quem é. Quero dar meus parabéns à Rosemary Silva, Presidente do Conselho de Saúde, que nos auxiliou, num problema com uma gestante. A criança nasceu.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Independentemente, da política, ela nos ajudou. Com relação à situação política de Mogi Mirim, eu participei de várias reuniões. Na última, estavam representados oito partidos. Este deve ser o destino de Mogi Mirim. Se nós vamos conseguir o Poder Executivo? Só Deus sabe. Vai depender das urnas. Mas, posso afirmar que eu me sentei numa mesa, onde as pessoas só tinham boas intenções. Vamos continuar. Estou no PEN e trouxe o pessoal do PSB, para testemunhar o surgimento do PEN, em Mogi Mirim. É neste grupo que eu estou. E digo que sou pré-candidato a Vereador. O Legislativo é meu lugar”, aclarou. Como o Vereador Luiz Guarnieri desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, a vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Sobre a Dayane, vamos sentir saudades, porque ela se tornou uma pessoa importante, participativa, que nos auxilia, caminha por todos os lugares na cidade, para fiscalizar o que está acontecendo. Sua ausência será muito sentida, por nós. Eu espero, que o recurso seja visto, o mais rápido possível, e que ela retorne. O próximo orador inscrito, Vereador Marcos B. A. Godoy, desistiu do uso da palavra. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar, em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento do *Senhor Ernani Magalhães e Marta Degrava Vômero*. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h40 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM